

Simulado 4 de Regimento Interno TRT 3 - 30/06/2015  
Título II - Da Ordem de Serviço no Tribunal: Capítulos IV a VI

---

1. De acordo com o Regimento Interno, e correto afirmar:

- a) As sessões serão públicas e realizar-se-ão em dias úteis, horários e locais previamente fixados.
  - b) As sessões serão públicas e realizar-se-ão em dias úteis, salvo em sessões extraordinárias que poderão ser realizadas em finais de semanas e feriados, horários e locais previamente fixados.
  - c) Mediante inscrição por fax, por correio eletrônico ou pessoalmente, até o início da sessão, admitir-se-á a sustentação oral.
  - d) Mediante inscrição por correio eletrônico, no web site ou pessoalmente, até o início da sessão, admitir-se-á a sustentação oral.
  - e) Mediante inscrição somente pessoal, até o início da sessão, admitir-se-á a sustentação oral.
- 

2. De acordo com o Regimento Interno, e correto afirmar:

- a) Aberta a sessão, aguardar-se-á, por cinco minutos, a formação do quorum
  - b) Aberta a sessão, aguardar-se-á, por dez minutos, a formação do quorum
  - c) Aberta a sessão, aguardar-se-á, por quinze minutos, a formação do quorum
  - d) Aberta a sessão, aguardar-se-á, por vinte minutos, a formação do quorum
  - e) Aberta a sessão, aguardar-se-á, por vinte e cinco minutos, a formação do quorum
- 

3. De acordo com o Regimento Interno, e correto afirmar:

- a) Apregoado o processo, o Presidente da sessão dará a palavra, por quinze minutos, ao membro do Ministério Público do Trabalho, se este a requerer e, em seguida, às partes ou a seus procuradores.
  - b) Em se tratando de agravo de qualquer espécie, o prazo será dez minutos.
  - c) provido o agravo, não reabrirá prazo para sustentação de recurso destrancado
  - d) O Magistrado não deverá ausentar-se do recinto, sem motivo, após apregoado o processo a que se encontra vinculado.
  - e) Em sessões de julgamento quando da sustentação oral, falará em primeiro lugar o representante da categoria profissional.
- 

4. De acordo com o artigo 103 do Regimento interno, as sessões obedeceram a uma ordem, assinale a alternativa incorreta:

- a) Verificação dos magistrados presentes.
  - b) Aguardar por 10 minutos a formação do quorum.
  - c) Julgamento de processos.
  - d) Indicações e propostas.
  - e) discursão sobre a ata e a aprovação dela.
- 

5. Assinale a alternativa incorreta acerca da sessão de julgamento, quando da sustentação oral, falará em primeiro lugar:

- a) o recorrente.
  - b) o autor, se houver dois ou mais recursos, salvo a hipótese de recurso adesivo, caso em que falará após o recorrente principal.
  - c) O juiz ao dar abertura na sessão.
  - d) o representante da categoria profissional, em dissídios coletivos instaurados de ofício.
  - e) o autor ou o requerente, em processos de competência originária.
-

---

6. Iniciado o julgamento, somente caberá a interrupção

- a) Se o próprio juiz o fizer.
- b) Nos casos previstos no Regimento Interno.
- c) Acaso uma das partes se ausente do recinto.
- d) Para apuração de erro formal no processo.
- e) Para intervalos regulamentados.

---

7. De acordo com as sessões do TRT da 3ª região, marque a correta:

- a) O Magistrado poderá fazer uso da palavra, não interrompendo, porém, aquele que estiver no uso dela.
- b) O Magistrado, mediante prévia solicitação ao Presidente, poderá fazer uso da palavra, podendo interromper aquele que estiver no uso dela.
- c) O Magistrado, mediante prévia solicitação ao Presidente, poderá fazer uso da palavra, não interrompendo, porém, aquele que estiver no uso dela.
- d) É obrigatório ao Advogado prestar esclarecimentos sobre matéria fática, desde que autorizado pelo Presidente.
- e) É facultado ao Advogado prestar esclarecimentos sobre matéria fática, mesmo sem que autorizado pelo Presidente.

---

8. De acordo com as sessões do TRT da 3ª região, marque a correta:

- a) Iniciar-se-á a votação pelo Revisor, seguindo-se o voto do Relator e dos demais Magistrados, pela ordem de antiguidade.
- b) Iniciar-se-á a votação pelo Relator, seguindo-se o voto dos demais Magistrados, pela ordem de antiguidade, e por ultimo do Revisor,.
- c) Iniciar-se-á a votação pelo Relator, seguindo-se o voto do Revisor e dos demais Magistrados, pela ordem cronologica.
- d) O Magistrado não poderá abster-se de votar, salvo em casos de suspeição ou impedimento.
- e) O Magistrado poderá abster-se de votar, salvo em casos de suspeição ou impedimento.

---

9. Assinale a alternativa correta a respeito da sessões do TRT da 3ª região:

- a) Antes de encerrada a votação, qualquer Magistrado, respeitando a ordem de antiguidade, poderá pedir vista dos autos, obrigando aos demais Magistrados proferirem, de imediato, seus votos
  - b) Antes de encerrada a votação, qualquer Magistrado, independentemente da ordem de antiguidade, poderá pedir vista dos autos, facultando-se aos demais Magistrados proferirem, de mediato, seus votos
  - c) Antes de encerrada a votação, o Presidente, independentemente da ordem de antiguidade, poderá pedir vista dos autos, facultando-se aos demais Magistrados proferirem, de imediato, seus votos
  - d) Antes de encerrada a votação, qualquer Magistrado, independentemente da ordem de antiguidade, poderá pedir vista dos autos, facultando-se aos demais Magistrados proferirem, de imediato, seus votos
  - e) Antes de encerrada a votação, o Presidente, respeitando a ordem de antiguidade, poderá pedir vista dos autos, facultando-se aos demais Magistrados proferirem, de mediato, seus votos.
-

---

10. De acordo com as sessões do TRT da 3ª região, observar-se:

- I. Em qualquer hipótese de continuação de julgamento iniciado em sessão anterior, computar-se-ão os votos já proferidos pelos Magistrados ausentes, a menos que já tenham deixado o exercício do cargo.
- II. Havendo questão nova para ser decidida, a votação prosseguirá somente com os Magistrados presentes, fazendo-se as convocações necessárias em caso de insuficiência de quorum.
- III. Até à proclamação do resultado do julgamento de mérito, o Magistrado poderá reformular o seu voto, ainda que versando sobre preliminar já apreciada ou declarar-se suspeito ou impedido, caso em que o voto proferido será computado.
- IV. Em se tratando de matéria administrativa, havendo pedido de vista dos autos, estes ficarão disponíveis por quinze dias a todos os Desembargadores que não proferirem de imediato seus votos, devendo a votação ser concluída na sessão subsequente.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e II
- b) I, III e IV
- c) II e IV
- d) III e IV
- e) II

---

11. Em caso de empate no Tribunal Pleno ou no Órgão Especial, é correto afirmar:

- a) Não caberá ao Presidente da sessão o voto de qualidade
- b) caberá ao Presidente da sessão o voto de qualidade e, nas Seções Especializadas, o desempate será feito por Desembargador integrante do Colegiado que não tenha participado da votação.
- c) Não sendo possível o desempate por Magistrado integrante do órgão, convocar o Juiz para compor quorum ou proferir o voto de desempate e observar o rodízio entre os convocados;
- d) Não sendo possível o desempate por Magistrado integrante do órgão, convocar outro Magistrado para compor quorum ou proferir o voto de desempate e observar o rodízio entre os convocados;
- e) O Magistrado convocado poderá votar na mesma sessão ou na primeira subsequente.

---

12. Em caso de empate no Tribunal Pleno ou no Órgão Especial, é correto afirmar:

- a) Não sendo possível o desempate por Magistrado integrante do órgão, convocar Desembargador para compor quorum ou proferir o voto de desempate e observar o rodízio entre os convocados;
  - b) Nas Seções Especializadas, o desempate será feito por Magistrado integrante do Colegiado que tenha participado da votação.
  - c) Nas Seções Especializadas, o desempate será feito pelo Presidente.
  - d) O Magistrado convocado poderá votar somente na primeira subsequente
  - e) O Magistrado convocado não poderá votar na mesma sessão ou na primeira subsequente
-

---

13. De acordo com o regimento interno findo o julgamento, o Presidente proclamará a decisão, cabendo ao Relator redigir o acórdão, marque a alternativa correta:

- a) Redigirá o acórdão, com a exceção de vencido em outras questões, o Magistrado que houver encabeçado a tese prevalecente quanto ao mérito
- b) Quando as soluções divergirem, prevalecerão os votos concorrentes no que tiverem de comum e, não alcançada a maioria, serão as questões submetidas, novamente, à apreciação de todos os Magistrados, prevalecendo as que reunirem a maioria de votos.
- c) Quando as soluções divergirem, coexistindo, no entanto, pontos de convergência, prevalecerão os votos concorrentes no que tiverem de comum e, alcançada a maioria, serão as questões submetidas, novamente, à apreciação de todos os Magistrados, prevalecendo as que reunirem a maioria de votos.
- d) O voto vencido será juntado em vinte e quatro horas, desde que requerido na assentada do julgamento
- e) O voto vencido será juntado em quarenta e oito horas, desde que requerido na assentada do julgamento

---

14. De acordo com o regime do TRT da 3 região, a respeito das suas sessões, certificar-se-á nos autos o resultado do julgamento, constando obrigatoriamente da certidão, exceto:

- a) a identificação do processo
- b) resumo das ocorrências, com o teor dos requerimentos apresentados e das respectivas decisões
- c) deferimento de juntada de voto vencido
- d) o nome do Presidente e dos demais Magistrados votantes;
- e) dos que não compareceram para a sustentação oral

---

15. De acordo com o artigo 114 do regimento, terão preferência para julgamento, além de outros, a critério do presidente da sessão:

- a) processos em que os Magistrados tenham comparecido apenas para participar dos julgamentos a que não estão vinculados;
- b) processos com inscrição para sustentação oral, falando, em primeiro lugar, os Advogados com escritório na região metropolitana de Belo Horizonte;
- c) processos de interessados ausentes à sessão;
- d) processos em que Magistrados tenham comparecido apenas para participar dos julgamentos a que estão vinculados;
- e) processos com inscrição para sustentação oral, falando, por último, os Advogados com escritório fora da região metropolitana de Belo Horizonte.

---

16. De acordo com o artigo 115 do regimento, não sendo possível o julgamento de todos os processos constantes da pauta:

- a) julgar-se-ão os remanescentes na sessão seguinte, independentemente de novas intimações, respeitada a preferência daqueles em que havia inscrição para sustentação oral, se ausente o interessado;
  - b) julgar-se-ão os remanescentes na sessão seguinte, dependendo de novas intimações, respeitada a preferência daqueles em que havia inscrição para sustentação oral, se presente o interessado;
  - c) julgar-se-ão os remanescentes na sessão seguinte, independentemente de novas intimações, respeitada a preferência daqueles em que havia inscrição para sustentação oral, se ausente o interessado;
  - d) julgar-se-ão os remanescentes na sessão seguinte, dependendo de novas intimações, respeitada a preferência daqueles em que havia inscrição para sustentação oral, se presente o interessado;
  - e) julgar-se-ão os remanescentes na sessão seguinte, independentemente de novas intimações, respeitada a preferência daqueles em que havia inscrição para sustentação oral, se presente o interessado.
-

---

17. As Atas das Sessões conterão obrigatoriamente:

- a) O nome dos secretários dos órgãos judicantes;
- b) O resultados dos julgamentos e o resumo das ocorrências, somente;
- c) O resultado sucinto dos julgamentos, com menção à pauta a que se referem, o nome das partes, advogados e Magistrados presentes;
- d) O nome dos Magistrados presentes, do representante do MPT presente e dos que compareceram para a sustentação oral;
- e) Data e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos e o nome dos Magistrados Presentes, apenas.

---

18. Sobre o pedido de certidão de inteiro teor de gravação de julgamento, julgue a assertiva correta:

- a) O Advogado que compareceu para sustentação oral deve comprovar justo motivo para solicitar tal certidão ao Presidente do Órgão judicante;
- b) Qualquer advogado, para pleno acesso aos dados do julgamento, pode solicitar a certidão;
- c) O pedido de certidão será encaminhado ao membro do Ministério Público primeiramente, para verificação, e depois será encaminhado ao Presidente do Órgão para deliberação;
- d) Será entregue aos advogados das partes no prazo de 10 dias após a publicação no acórdão;
- e) Após a publicação do acórdão, no prazo de 8 dias, a certidão estará disponível àquele que a requerer, conforme o princípio da publicidade jurisdicional.

---

19. Considere as alternativas abaixo.

- I. Recebidos os autos, os acórdãos serão redigidos e encaminhados à Secretaria em 8 dias;
- II. Os acórdãos serão assinados apenas pelo Relator, e na ausencia deste, pelo Presidente da Sessão.
- III. Haverá acórdão das decisões que derem provimento aos agravos do §1º art. 557 do CPC e aos agravos de instrumento, casos em que os fundamentos integrarão o acórdão do recurso destrancado.
- IV. Não haverá acordão nos processos sujeitos ao rito sumaríssimo e nas proferidas em embargos de declaração. e os fundamentos deverão constar das respectivas certidões de julgamento ou ser nelas referidos, desde que juntados aos autos.

Estão corretas:

- a) apenas I
- b) I e II
- c) I, III e IV
- d) I e IV
- e) III e IV

---

20. Sobre os acórdãos, assinale a incorreta:

- a) os acórdãos serão assinados pelo Relator ou Redator, e, na ausencia destes, pelo Presidente da sessão;
  - b) nos processos sujeitos ao rito sumaríssimo, faculta-se a elaboração de ementa quando se decidir sobre matéria atinente ao proprio rito.
  - c) o acórdão deverá conter ementa de tese jurídica relevante, inclusive nos processos de rito sumaríssimo e nos embargos de declaração;
  - d) recebidos os autos, os acórdãos serão redigidos e encaminhados à Secretaria em 8 dias;
  - e) não haverá acordão nos processos sujeitos ao rito sumaríssimo.
-

---

21. De acordo com o Regimento interno, marque a questão correta:

- a) As ementas e as conclusões dos acórdãos serão publicadas no Diário Oficial e, se necessário, republicadas por deliberação do Presidente do Órgão judicante, considerando-se notificadas as partes ou os procuradores na data da publicação ou da republicação do acórdão.
- b) As ementas e as conclusões dos acórdãos serão publicadas no Diário Oficial e, se necessário, republicadas por deliberação do Presidente do Órgão judicante, considerando-se notificadas as partes ou os procuradores somente data da publicação.
- c) Nos processos sujeitos ao rito sumariíssimo e nas decisões de embargos de declaração, far-se-á a notificação das partes, mediante a publicação na data da publicação.
- d) Nos processos sujeitos ao rito sumariíssimo e nas decisões de embargos de declaração, far-se-á a notificação das partes, mediante a publicação da republicação do acórdão.
- e) Nas ementas sujeitas ao rito sumariíssimo e nas decisões de embargos de declaração, far-se-á a notificação das partes, mediante a publicação da certidão de julgamento.

---

22. De acordo com o Regimento interno, marque a questão correta:

- a) Em se tratando de dissídio coletivo, faculta-se a interposição de recurso ordinário fundado apenas na certidão de julgamento, desde que o acórdão não seja publicado nos vinte dias subsequentes à data do julgamento, reabrindo-se o prazo para aditamento do recurso, após a publicação do acórdão.
- b) Em se tratando de dissídio coletivo, é obrigatório a interposição de recurso ordinário fundado apenas na certidão de julgamento, desde que o acórdão não seja publicado nos vinte dias subsequentes à data do julgamento, reabrindo-se o prazo para aditamento do recurso, após a publicação do acórdão.
- c) Em se tratando de dissídio coletivo, faculta-se a interposição de recurso ordinário fundado apenas na certidão de julgamento, desde que o acórdão seja publicado nos vinte dias subsequentes à data do julgamento, reabrindo-se o prazo para aditamento do recurso, após a publicação do acórdão.
- d) Em se tratando de dissídio coletivo, faculta-se a interposição de recurso ordinário fundado apenas na certidão de julgamento, desde que o acórdão não seja publicado nos vinte dias subsequentes à data do julgamento, reabrindo-se o prazo para aditamento do recurso, antes da publicação do acórdão.
- e) Em se tratando de dissídio coletivo, é obrigatório a interposição de recurso ordinário fundado apenas na certidão de julgamento, desde que o acórdão seja publicado nos vinte dias subsequentes à data do julgamento, reabrindo-se o prazo para aditamento do recurso, após a publicação do acórdão.

---

23. Quanto as execuções contra a Fazenda Pública, de acordo com o art. 122, § 1º, o ofício do precatório deverá conter, exceto:

- a) valor da execução,
- b) assinatura do Juiz que o expediu.
- c) data da expedição do precatório;
- d) identificação da reclamação de que resultou o crédito e número do processo.
- e) data da solicitação do precatório;

---

24. Segundo o §2º do art. 122 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, os precatórios deverão ser instruídos, pela parte interessada, com as seguintes cópias, exceto:

- a) comprovante da citação do reclamado.
  - b) certidão da citação do reclamado para oferecimento de embargos à execução.
  - c) procuração outorgada aos Advogados dos credores.
  - d) último acórdão proferido nos autos.
  - e) cálculos da liquidação e decisão de homologação.
-

---

25. Não estando o precatório devidamente instruído:

- a) Será devolvido ao Juiz da execução mediante despacho do Presidente do Tribunal.
- b) O Tribunal determinará que o juiz o emende em 10 (dez) dias.
- c) Será feita requisição do numerário à autoridade competente, mediante inclusão no orçamento do Tribunal, em se tratando da Administração Direta da União.
- d) Será devolvido ao Juiz da execução, sem necessidade de despacho.
- e) Será devolvido ao Juiz da execução mediante decisão interlocutória.

---

26. Retornando o precatório ao tribunal, após sua regularização:

- a) Será feita indicação das peças que estavam faltando.
- b) Precisa-se confirmar se foi dado baixa no protocolo de entrada.
- c) Será protocolado, autuado e cadastrado, em ordem cronológica de apresentação, com todos os elementos que lhe são necessários à identificação.
- d) É indispensável que seja dado baixa no protocolo de entrada e no registro.
- e) O Presidente do tribunal fará requisição do numerário à autoridade competente, mediante inclusão no orçamento do Tribunal, em se tratando de Administração Pública.

---

27. Expedida a ordem requisitória, o ordenamento crescente por órgão será estabelecido pela:

- a) Numeração dos precatórios, em qualquer caso.
- b) Numeração dos precatórios, para a Administração Direta da União, e pela data de recebimento do ofício requisitório associado à sequência numérica, para os demais casos.
- c) Data de recebimento do ofício requisitório associado à sequência numérica, em qualquer caso.
- d) Data de recebimento do ofício requisitório associado à sequência numérica, para a Administração Direta da União, e pela numeração dos precatórios, para os demais casos.
- e) Numeração dos precatórios, para a Administração Direta e Indireta da União, e pela data de recebimento do ofício requisitório associado à sequência numérica, para os demais casos.

---

28. Nos precatórios em execução contra a Fazenda Pública, o ofício de requisição do numerário deverá conter, exceto:

- a) Número do precatório
- b) Indicação dos credores
- c) Número da ordem da requisição
- d) Indicação dos devedores
- e) Data da última atualização monetária

---

29) Qual o prazo para que a autoridade competente, depois de notificada pelo Presidente do Tribunal, tem para corrigir a ordem da quitação dos precatórios:

- a) 5 dias, com a efetivação dos depósitos necessários.
  - b) 10 dias, sem necessidade de depósitos.
  - c) 24 hs, com a efetivação dos depósitos necessários.
  - d) 5 dias, sem necessidade de depósitos.
  - e) 10 dias, com a efetivação dos depósitos necessários.
-

---

30. Quanto ao pagamento do precatório, é correto afirmar que:

- a) O devedor certificará a regularidade da quitação e a observância da ordem de requisição, ao presidente.
- b) O tribunal comunicará ao Presidente deste, o pagamento do precatório.
- c) O devedor certificará ao presidente a transferência da importância depositada ao juízo da execução.
- d) O devedor comunicará ao Presidente do Tribunal o pagamento do precatório, encaminhando cópia do respectivo recibo.
- e) A quebra na ordem de quitação do precatório será encaminhada ao servidor do Tribunal

---

31. No que tange ao sequestro e às outras medidas cabíveis na espécie, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ocorrer quando ultrapassado o prazo de vinte dias para a correção da quebra da ordem na quitação do precatório.
- b) poderá ocorrer independentemente de requerimento das partes.
- c) poderá ocorrer quando o pagamento de débito constante de precatório judicial efetivar-se diretamente ao credor, excetuando-se os casos em que houver acordo.
- d) será determinado pelo Presidente do Tribunal, podendo o Ministério Público do Trabalho ser ouvido em situações excepcionais.
- e) nos casos em que o pagamento do débito constante de precatório judicial efetivar-se diretamente ao credor, o direito de preferência será preterido.

---

32. Sobre o disposto no título “Da execução contra a Fazenda Pública”, julgue os itens a seguir e aponte aqueles que estão corretos:

- I. Comunicar-se-á ao Presidente do Tribunal quaisquer pagamentos ou outra forma de quitação, após expedido o ofício precatório pelo Juiz da Execução.
- II. Os pagamentos ou as outras formas de quitação, não precisarão ser comunicadas ao Presidente do Tribunal, após expedido o ofício de precatório pelo Juiz da Execução, se ocorrerem no curso do processamento.
- III. O pedido de intervenção será encaminhado ao Presidente do Tribunal.
- IV. O pedido de intervenção deverá ser instruído com as peças necessárias, fornecidas pelo interessado.

- a) Apenas IV.
  - b) I, III e IV.
  - c) I, II e III.
  - d) I e IV.
  - e) II, III e IV.
-



---

33. Em seu título “Da execução contra a Fazenda Pública”, assim dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região:

- a) A critério do Tribunal Pleno, os juízes poderão incluir em pauta para tentativa de acordo os precatórios em tramitação, observada a ordem cronológica, sem prejuízo de indicação de outro juiz para esse mesmo fim.
- b) As partes ou seus procuradores, em qualquer caso, participarão da audiência.
- c) A critério do Órgão Especial, e por delegação do Presidente do Tribunal, os juízes poderão incluir em pauta para tentativa de acordo os precatórios em tramitação, observada a ordem cronológica, sem prejuízo de indicação de outro juiz para esse mesmo fim.
- d) O juiz poderá valer-se dos serviços auxiliares apenas para análise de excesso ou insuficiência de execução, requisitando os autos principais, se necessário.
- e) A critério do Órgão Especial, e por delegação do Tribunal Pleno, os juízes poderão incluir em pauta para tentativa de acordo os precatórios em tramitação, observada a ordem cronológica, sem prejuízo de indicação de outro juiz para esse mesmo fim.

---

34. Em seu título “Da execução contra a Fazenda Pública”, assim dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região:

- a) Caberá Agravo Regimental contra as decisões do Presidente do Tribunal proferidas, de ofício ou a requerimento das partes, para revisão das contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor.
  - b) Caberá Agravo Regimental contra as decisões do Presidente do Tribunal proferidas, de ofício ou a requerimento das partes, para revisão das contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios depois de seu pagamento ao credor.
  - c) Caberá Agravo Regimental contra as decisões do Órgão Especial proferidas, de ofício ou a requerimento das partes, para revisão das contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios depois de seu pagamento ao credor.
  - d) Caberá Agravo Regimental contra as decisões do Presidente do Tribunal proferidas, somente a requerimento das partes, para revisão das contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor.
  - e) Caberá Agravo Regimental contra as decisões do Órgão Especial proferidas, somente a requerimento das partes, para revisão das contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor.
-